

O desânimo dos credores só é menor que o dos brasileiros

O ex-negociador da dívida externa brasileira, Fernão Bracher, chegou de Nova York dizendo que os credores viram "com um grande desânimo" a demissão do ministro Bresser Pereira. Não é preciso dizer que se trata do mesmo enorme desânimo que prostrou os brasileiros. Não exatamente pela "perda" do ministro, mas por tudo que ela confirma. No caso dos credores, que talvez alimentassem ilusões maiores que os nacionais, foi de uma longa e penosa travessia para morrer a poucos metros da praia.

Foram sete longos meses de moratória dogmática e programática (daquele "programa do PMDB" que o sr. Mário Covas quer reviver) até que eles conseguissem que os representantes brasileiros comessem a falar sério, o que só se deu a partir de setembro passado, depois de um paciente trabalho de lapidação do ministro Bresser Pereira que "abriu a parada" no melhor figurino peemedebista apresentando a sua proposta non starter de "securitização da dívida com deságio". Este trabalho de lapidação prosseguiu até novembro quando, premido pelos desastrosos fatos econômicos gerados pela política dogmática e programática do PMDB, entre os quais avultavam os que eram consequência direta da moratória, o ministro Bresser Pereira decidiu fazer concessões à realidade, se afastar do "programa" do PMDB e dar ordem para que seus negociadores chegassem a um acordo razoável com os bancos, ainda que "provisório". Mas enquanto os credores e o País real — que sofria não só as consequências econômicas do dogmatismo do PMDB, mas o abalo moral de ver destruída a sua imagem internacional — comemoravam, o PMDB, em cujo "programa" não constam concessões à realidade, começava a puxar o tapete do ministro...

Agora, com a troca de comando na política econômica, o único horizonte que oferecia uma perspectiva de mudar o quadro negro que se desenha para o País em 1988 ameaça sofrer um retrocesso, pois nada assegura que o acordo provisório com os bancos chegará a bom termo. Por esse acordo, os credores fariam um empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões ao Brasil e o Banco Central entraria com US\$ 1,5 bilhão para completar o pagamento dos juros vencidos em 1987. Portanto, não está mais garantida a saída da moratória.

Segundo Bracher, na hipótese de não se chegar a um acordo para o pacote de médio prazo (financiamento parcial dos juros a vencer em 1988 e 1989), o "modelo" de negociação deverá ser outro. Em vez de buscar um acordo global com a ajuda do comitê assessor dos bancos, o governo passará a negociar individualmente com cada um dos mais de 700 bancos credores...

Está claro, portanto, que podemos estar voltando à estaca zero em matéria de negociações para suspender a moratória.

Diante dessa possibilidade altamente perigosa, entendemos muito bem por que os banqueiros estão desanimados. São cerca de três meses de trabalho duro e enormes doses de paciência que se podem perder. Ainda que o governo de Sarney se esforce para não comprometer a negociação com algum gesto teatral, elas já estão comprometidas, pois os credores interpretaram a queda do ministro Bresser Pereira exatamente como nós vimos: como uma confirmação de que o governo Sarney se recusa a enfrentar com decisão o problema do déficit público, que é o ponto-chave para a continuação das negociações com os credores privados e oficiais e, também, para um acordo com o Fundo Monetário Internacional, a esta altura a única tábua de salvação para a economia brasileira.

Por isso não é só dos credores o desânimo, mas de todos os brasileiros, que têm certeza de que nada vai mudar com a queda de Bresser. Por toda parte se encontram indícios de que o governo continuará gastando solto para fazer a sua politicagem, construir suas ferrovias inúteis e suas siderúrgicas políticas, ou para, em troca de um "apoio político que nunca vem", financiar as campanhas eleitorais de governadores ambiciosos com o dinheiro de bancos estaduais falidos, ou ainda para ampliar os privilégios da nomenclatura que vai escravizando o resto do País.

Veja, por exemplo, o caso da anunciada "reversão do golpe orçamentário" dado pelo ministro Aníbal Teixeira, que aumentou em Cz\$ 200 bilhões as verbas vinculadas à sua Pasta, à revelia do que tinha sido aprovado pelo Congresso. A fim de demonstrar a "nova fase de austeridade", o governo determinou a "completa revisão" do orçamento da União para 1988 com o objetivo de "cortar" Cz\$ 160 bilhões (não foi esclarecido se os cortes se referem ao orçamento original, antes da mutreta do sr. Aníbal Teixeira, ou se apenas vão cortar uma parte dos Cz\$ 200 bilhões de novas verbas criadas pela Secretaria de Planejamento) e esclareceu que estes 160 bilhões "cortados" passarão a se chamar "reserva de contingência", ficando sob a "vigilância" do Tesouro Nacional... Não obstante o tamanho dessa reserva, o mesmo governo que errou em 100% ao prever o déficit público de 1987 afirma agora que o "novo" orçamento da União, unificado, para 1988 prevê um déficit no governo central "equivalente a 1,27% do PIB" (notem a precisão do centésimo), restando um "endividamento adicional" de apenas 0,73% do PIB (sic).

Outro sinal auspicioso das intenções "austeras" do governo foi dado pelo Conselho Monetário Nacional que, na mesma semana em que se pretendia empacotar o povo, autorizou o refinanciamento de Cz\$ 240 bilhões aos bancos estaduais sob intervenção, para que essas instituições possam ser livremente utilizadas pelos governadores do PMDB para o grande festival de gastos das eleições de 1988. Enquanto isso, para amenizar a crise para "os seus", o governo se dispõe a vender a preço de banana para os funcionários públicos "todos os imóveis funcionais residenciais" de Brasília, caso seja aprovado pela Câmara dos Deputados o substitutivo do senador Meira Filho (PMDB-DF), que já passou pelo Senado...

É por essas e outras que o secretário do Conselho Interministerial de Privatização, David Moreira, está deixando o cargo. Ele afirma que "simplesmente não tem o que fazer, em virtude da falta de decisão política do governo para privatizar uma parte, por pequena que seja, das empresas responsáveis pelo maior pedaço do déficit público. Depois de um ano no governo, Moreira só conseguiu vencer as resistências para privatizar nove empresas, no valor de US\$ 27 milhões, de uma lista de 50, valendo irrisórios dois bilhões de dólares.

Como se vê, apesar de todas as promessas do presidente Sarney (que, até o momento, só amenizou o tamanho do pacote do sr. Bresser Pereira mantendo o mesmo espírito e quase todos os mesmos instrumentos que o recheavam, só que em doses ligeiramente menores e com a desvantagem de trocar a lista de estatais extinguíveis que dele constava pela vaga promessa de uma lista maior), tudo indica que nada vai mudar. É pelo menos aquilo em que acreditam 71% dos brasileiros consultados recentemente pelo Ibope, que concordaram com a imagem de que "o País parece um navio sem capitão, perdido na tempestade".

Não é à toa que o desânimo dos credores só é menor que o desânimo dos brasileiros.

JORNAL DA TARDE

22 DEZ 1987